



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681180 - SP (2021/0225126-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : IEDA RIBEIRO DE SOUZA
ADVOGADO : IEDA RIBEIRO DE SOUZA - SP106069
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JONAS DE ALMEIDA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JONAS DE ALMEIDA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Recurso Em Sentido Estrito n. 0007793-69.2016.8.26.0635).

O paciente foi pronunciado como incurso no artigo 121, *caput*, do Código Penal.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso do *Parquet* para incluir na sentença de pronúncia a qualificadora do inciso IV, do § 2º, do artigo 121, do Código Penal.

A impetrante sustenta que a qualificadora do motivo torpe seria manifestamente improcedente, "pois à atitude da vítima em roubar o paciente retira toda a possibilidade da existência de surpresa descrita na denúncia" (fl. 19).

Requer, liminarmente, a suspensão do processo até o julgamento final deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja retirada da decisão de pronúncia a qualificadora de motivo torpe pela surpresa.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente